



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Magno Malta

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Silvio Almeida, Ministro de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações acerca das graves denúncias de assédio sexual que lhe foram imputadas por diversas mulheres, através da organização Me Too Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme amplamente noticiado pela imprensa, as denúncias de assédio sexual envolvendo o Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, foram formalizadas junto à organização Me Too Brasil, que presta apoio a vítimas de violência sexual. De acordo com o colunista Guilherme Amado, do site Metrôpoles, a organização confirmou, através de nota, ter sido procurada por mulheres que relataram episódios de assédio cometidos pelo ministro que envolvem desde comentários com conotações sexuais até mesmo toques inapropriados.

Vejamos a nota do Me Too na íntegra:

“A organização de defesa das mulheres vítimas de violência sexual, Me Too Brasil, confirma, com o consentimento das vítimas, que recebeu denúncias de assédio sexual contra o ministro Silvio Almeida, dos Direitos Humanos.



Elas foram atendidas por meio dos canais de atendimento da organização e receberam acolhimento psicológico e jurídico.

Como ocorre frequentemente em casos de violência sexual envolvendo agressores em posições de poder, essas vítimas enfrentaram dificuldades em obter apoio institucional para a validação de suas denúncias. Diante disso, autorizaram a confirmação do caso para a imprensa.

Vítimas de violência sexual, especialmente quando os agressores são figuras poderosas ou influentes, frequentemente enfrentam obstáculos para obter apoio e ter suas vozes ouvidas. Devido a isso, o Me Too Brasil desempenha um papel crucial ao oferecer suporte incondicional às vítimas, mesmo que isso envolva enfrentar grandes forças e influências associadas ao poder do acusado.

A denúncia é o primeiro passo para responsabilizar judicialmente um agressor, demonstrando que ninguém está acima da lei, independentemente de sua posição social, econômica ou política. Denunciar um agressor em posição de poder ajuda a quebrar o ciclo de impunidade que muitas vezes os protege. A denúncia pública expõe comportamentos abusivos que, por vezes, são acobertados por instituições ou redes de influência.

Além disso, a exposição de um suposto agressor poderoso pode encorajar outras vítimas a romperem o silêncio. Em muitos casos, o abuso não ocorre isoladamente, e a denúncia pode abrir caminho para que outras pessoas também busquem justiça.

Para o Me Too Brasil, todas as vítimas são tratadas com o mesmo respeito, neutralidade e imparcialidade, com uma abordagem baseada nos traumas das vítimas. Da mesma forma, tratamos os agressores, independentemente de sua posição, seja um trabalhador ou um ministro.”



A coluna afirma também ter recebido denúncias de prática de assédio sexual por Silvio Almeida contra a Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, além de outras mulheres, e que apurou os fatos com 14 fontes, incluindo ministros, assessores e amigos de Anielle Franco. São relatos que teriam ocorrido toques inapropriados nas pernas da ministra, beijos indevidos ao cumprimentá-la, e o uso de expressões chulas com teor sexual por parte do ministro. Todos os incidentes teriam ocorrido no ano passado.

A gravidade das acusações exige a devida apuração e a prestação de esclarecimentos por parte do titular da pasta de Direitos Humanos, uma vez que tal conduta, se comprovada, se revela absolutamente incompatível com a função que exerce, especialmente por tratar-se de um ministério dedicado à proteção dos direitos fundamentais e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Diante do impacto social e da relevância do tema, é imperativo que esta Comissão, no cumprimento de seu papel fiscalizador, obtenha informações detalhadas sobre os fatos, bem como as providências que estão sendo adotadas pelo Governo Federal em relação às denúncias. Cabe ressaltar a importância de garantir um ambiente de trabalho seguro e respeitoso para todas as mulheres, especialmente no âmbito das instituições públicas.

Pelo exposto, solicitamos a urgente convocação do Ministro Silvio Almeida para esclarecimentos perante esta Comissão.

Sala da Comissão, 5 de setembro de 2024.

Senador Magno Malta
(PL - ES)

